

ZOELAS E CIVITAS ZOELARUM: UMA UNIDADE ÉTNICA NO QUADRO DA ROMANIZAÇÃO DO NOROESTE

por

Francisco de Sande Lemos*

Resumo: 1. Zoelas: habitat; território; ecologia.

2. Civitas Zoelarum: limites; organização do espaço; centros e periferia; estrutura económica e rede viária; epigrafia e estrutura social.

3. Formulações de ordem teórica sobre a dinâmica de mudança no quadro global de inserção de unidades étnicas numa estrutura imperial.

Palavras-chave: Paleo-etnologia. Proto-história. Romanização.

Os Zoelas, devido à circunstância de serem mencionados por Plínio e de estarem registados em vários textos epigráficos (CIL II 2606, 2633, 2651 e 5684), designadamente na célebre *tabula* de Astorga (CIL II, 2633), são um dos povos mais citados na bibliografia sobre a Proto-História do Noroeste Peninsular. As alusões a esta hipotética etnia relacionam-se, quase sempre, com o referido pacto de hospitalidade, cujo conteúdo suscitou dilatadas interpretações (GONZÁLEZ RODRIGUEZ 1986; SANTOS YANGUAS 1985, 131-154; 1989; ALBERTOS FIRMAT 1988, 26) sobre a estrutura social dos povos indo-europeus organizados em *gentilitates*, entre os quais os Zoelas se incluíam. Por outro lado, no âmbito dos estudos de História Antiga, a determinação do posicionamento geográfico da *civitas*, que corporizaram, é decisivo para a cartografia dos limites entre a Tarraconense e a Lusitânia.

Nos mapas paleo-etnológicos (TRANOY 1981; PEREIRA MENAUT e SÁNCHEZ-PALÊNCIA 1991) a depressão de Bragança tem sido considerada como a área nuclear dos Zoelas, já que em Castro de Avelãs (uma pequena aldeia situada cerca de três quilómetros a sudoeste daquela cidade), foi descoberta uma ara consagrada ao deus *Aernus* pela *Ordo Zoelarum* (CIL II 2606, ENCARNAÇÃO 1975, 79-80; TRANOY 1981, 296). Foi, também, encontrada uma segunda ara

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

consagrada ao mesmo deus por um possível magistrado da *civitas* (CIL II, 2607; PINHEIRO 1889, 75; ENCARNAÇÃO 1975, 79-85; TRANOY 1981, 296; LE ROUX 1993). Todavia, o estudo do hipotético centro religioso (TRANOY 1981, 52), ou político-administrativo (ALARCÃO 1988a, 44) deste povo, limitou-se a uma única campanha de escavações realizada em 1887 por Henrique Pinheiro (1895), durante a qual foram exumadas diversas estruturas. Designadamente, parte de um edifício de 14 metros (norte-sul) por nove (este-oeste), pavimentado e com plintos quadrangulares de 68 cm, organizados em fiadas a intervalos regulares de 3,5 metros (PINHEIRO 1895). Fora de contexto, foram recolhidos dois marcos miliários, um atribuído a Augusto (CIL II, 6215; TRANOY 1981, 208), outro a Caracala (CIL II, 6216; TRANOY 1981, 395). Apesar do interesse dos resultados, as sondagens nunca foram retomadas e o sítio sofreu uma progressiva degradação, em consequência do intenso aproveitamento agrícola dos terrenos onde jaziam as ruínas.

Durante muitas décadas o estudo do povoamento proto-histórico e romano de Trás-os-Montes ficou esquecido, enquanto que no litoral português as pesquisas sobre a chamada Cultura Castreja adquiriram uma dinâmica própria, incrementadas pela Sociedade Martins Sarmento, pela Sociedade de Antropologia Mendes Corrêa, pela Faculdade de Letras do Porto e, ultimamente, pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Nas raras notas específicas dedicadas aos povoados nordestinos, ou em obras de síntese, os castros de Trás-os-Montes Oriental eram incluídos, com maiores ou menores hesitações, no universo da “Cultura Castreja”.

Só na década de 80, e nos primeiros anos de 90, do corrente século, o território tradicionalmente atribuído aos Zoelas, foi objecto de estudos arqueológicos mais aprofundados. Angel Esparza Arroyo elaborou um inventário dos povoados da Idade do Ferro da zona ocidental de Zamora e realizou escavações em dois locais que se inserem no território daquele povo: no Cerco de Sejas de Aliste, situado no vale superior do rio Maçãs, um afluente do rio Sabor; e em Muradellas de Lúbian, na bacia superior do rio Tuela, no extremo leste da provincia de Zamora (ESPARZA ARROYO 1987). No Nordeste transmontano Francisco de Sande Lemos (1993a e b), no âmbito de uma dissertação de doutoramento orientada por Jorge Alarcão, procedeu ao reconhecimento no terreno dos numerosos sítios proto-históricos e romanos de Trás-os-Montes Oriental que, apesar de serem citados nas obras de Henrique Pinheiro (1895), Albino Pereira Lopo (1987) e do Abade de Baçal (ALVES 1911-1947), entre outros, nunca tinham sido cartografados e descritos em pormenor, salvo um ou outro povoado. Foi, assim, possível fazer uma triagem das referências bibliográficas, corrigir informações, diferenciar entre redutos defensivos da Idade do Ferro, romanos e medievais. Embora persistam muitas interrogações, dispomos já de uma base de dados minimamente fiável,

de um catálogo com centenas de sítios cartografados (LEMOS 1993b).

Encontram-se, pois, reunidas as condições mínimas para se avançar no estudo de uma possível etnia, articulando dados arqueológicos e epigráficos, devidamente contextualizados. A vantagem deste tipo de abordagem reside na possibilidade de se detectarem os aspectos singulares que constituem a essência da História, a par das diferenças que individualizam povos e etnias.

LIMITES

Para desenhar os mapas paleo-etnológicos os autores fundamentam-se, quase sempre, nas fontes clássicas e na epigrafia latina. Ora, não é pacífico afirmar que os territórios das *civitates* estabelecidas pela *pax romana*, corresponderam exactamente às anteriores fronteiras dos *populi*. No instável contexto dos três últimos séculos a. C. houve movimentos de povos (ou de fracções), fases de contracção ou expansão das etnias, envolvidas em conflitos e complicados jogos de alianças. Neste quadro a localização exacta dos povos mencionados pelos autores clássicos ou referidos em epígrafes, votivas ou funerárias, é um problema permanentemente em aberto. No caso dos Zoelas os achados de Castro de Avelãs constituíam um ponto de referência elucidativo para o seu posicionamento no mapa do Noroeste Peninsular. Aconteceu, porém, que a aldeia foi mal localizada na carta de Kiepert (CIL), sendo assinalada muito para leste de Bragança, para lá do rio Sabor. A partir de então, o vale deste rio, que desce da serra da Sanábria até ao Douro, quase sempre em sentido norte sul, insinuou-se como uma fronteira ideal, pelo que, durante muitos anos foi indicado como limite oeste dos Zoelas. Alain Tranoy (1981, 159-160) detectou o erro e propôs um novo limite oeste: a cadeia de montanhas de média altitude que se estende entre a serra de La Segundera e o vale do Douro (serras da Coroa, de Nogueira, de Bornes e planalto de Anciães). Jorge Alarcão, tendo por argumentos, a ara erigida à *civitas Baniensium*, descoberta em S. Mamede - Baldoeiro (Vale da Vilarça) (CIL II, 2399; VASCONCELOS 1896, 168-172; TRANOY 1981, 319; ALARCÃO 1988b, 45-46), a lápide da Ponte de Alcântara, bem como o posicionamento da ara consagrada a *Aernus*, encontrada nos contrafortes meridionais da Serra de Bornes (CIL II, ENCARNAÇÃO 1975, 79; ALARCÃO 1988b, 42), contestou que o território dos Zoelas se estendesse até ao Douro (ALARCÃO 1988a). Na sua interpretação o limite meridional deste povo seria o maciço montanhoso de Bornes, a sul do qual existiria um outro povo, os Banienses. A bibliografia de língua castelhana, no geral, permaneceu indiferente a estes sucessivos contributos, de tal modo que em textos e mapas muito recentes, os Zoelas são cartografados a leste do rio Sabor (LOMAS SALMONTE 1989, 40; SANTOS YANGUAS 1989, 113; RABANAL

ALONSO 1991, 71). Isto apesar de Angel Esparza Arroyo (1987), bom conhecedor do Nordeste transmontano, ter por sua vez chamado a atenção para o erro de Kiepert.

Recentemente ensaiámos (LEMOS 1993a, 479-487) uma análise dos limites inter-étnicos da zona que hoje corresponde ao nordeste de Portugal. Em nosso entender o território dos Zoelas teria as seguintes fronteiras: a norte as serras de La Segundera e de La Culebra; a leste o rio Douro; a sul as serras de Bornes e da Navalheira; a oeste os contrafortes ocidentais da serra da Nogueira, um trecho do curso do rio Rabaçal e o interflúvio que separa as águas deste último rio das do rio Mente. Ocupavam, pois, um vasto espaço: as bacias superiores dos rios Rabaçal, Tuela e Baceiro; as serras da Coroa e de Montesinho; a depressão de Bragança e a serra da Nogueira; o planalto de Parada-Izeda e a depressão de Macedo; o planalto mirandês; o vale do rio Aliste. Neste desenho, Castro de Avelãs deixa de ter a posição excêntrica em que surgia no mapa de Alain Tranoy (1981), passando a ocupar uma posição mais central.

CONTEXTO FÍSICO

A geologia do Nordeste transmontano é assaz complexa, devido a uma longa história tectónica, estudada por António Ribeiro (1974), destacando-se os maciços de Bragança e Morais, formados por rochas básicas e ultrabásicas (xistos e anfíbolites). As rochas dominantes são os xistos, a par de afloramentos de maior dureza, xisto-quartzíticos. As manchas graníticas são de extensão variável. O soclo antigo foi elevado a diversos níveis de altitude, mantendo-se as antigas superfícies de erosão nos patamares dos maciços montanhosos e nos planaltos. No eixo tectónico de Longroiva-Bragança, abriram-se duas importantes depressões, a de Bragança e a do Vale da Vilariaça. Sobre as superfícies aplanadas destacam-se relevos residuais. E, cortando os planaltos, os vales encaixados dos principais rios, que correm na direcção norte-sul. Como resultado deste quadro geomorfológico e do posicionamento do Nordeste transmontano no contexto da península, deparamos com uma complexidade ecológica assaz interessante.

O vasto território dos Zoelas abrangia zonas ecológicas distintas: Alta Terra Fria; Terra Fria de Montanha; Terra Fria de Planalto e Terra de Transição. As bacias superiores do Rabaçal, Tuela e Sabor, bem como as serras da Coroa, Nogueira e a depressão de Bragança são áreas de influência sub-atlântica, com precipitações anuais que ultrapassam 1200 mm nos cumes mais elevados. O planalto mirandês e a Terra de Aliste inserem-se já numa faixa subcontinental, prolongando a Meseta. Por sua vez o planalto de Parada-Izeda e a depressão de Macedo de Cavaleiros correspondem a faixas de transição, entre ecologias de

influência sub-atlântica e mediterrânica. A pluviosidade, elevada no extremo norte, nas zonas montanhosas, decresce rapidamente nos sentidos sul e leste. Na depressão de Bragança a precipitação anual varia entre 1000 e 800 mm (clima muito húmido a húmido), enquanto que o extremo leste do planalto de Miranda, onde terá existido um outro importante aglomerado dos Zoelas (Castelar de Picote), se insere na curva de 600 mm (clima sub-húmido seco).

A área de maior densidade de povoados coincide com a depressão de Bragança e zonas circundantes, onde cambissolos úmbricos e fluvisolos disseminados, possuem baixos valores de Ph, devido ao sub-estrato rochoso formado por rochas básicas e ultrabásicas. Esta circunstância favorece o tempo de regeneração do coberto arbustivo e arbóreo, um aspecto vital para a economia proto-histórica, como adiante veremos.

POVOAMENTO PROTO-HISTÓRICO

No território dos Zoelas foram inventariados numerosos povoados, dos quais 150 em território actualmente português (LEMOS 1993b) e os restantes no ocidente da província de Zamora, na Terra de Aliste e nas cabeceiras dos rios Maçãs, Tuela e Rabaçal (ESPARZA ARROYO 1987; 1990). Desta numerosa série de castros (utilizamos a palavra castro no estrito sentido de povoado fortificado, sem qualquer significado cultural) apenas dois foram objecto de escavações. Há, pois uma enorme desproporção entre povoados inventariados e escavados. Esta circunstância limita muito as conclusões que se podem esboçar sobre o povoamento proto-histórico. Recolhas de superfície, efectuadas em diversos outros castros, ajudam a completar o quadro cronológico e cultural obtido nas escavações.

Angel Esparza Arroyo (1986) considera que a primeira Idade do Ferro corresponde ao avanço para leste da Cultura de Soto de Medinilla. A datação dos níveis mais antigos de Sejas de Aliste situam-se no século V a. C.. Esta hipótese parece obter confirmação nos resultados das sondagens efectuadas por Consuelo Escribano Velasco no Castillo de Manzanal de Abajo, na zona de Sanábria, na bacia superior do rio Tera. Neste povoado os níveis de fundação da muralha datam do século VI a. C. Num povoado, com assentamento análogo ao do Castillo de Manzanal e estrutura defensiva semelhante (incluindo fossos e pedras fincadas), o Monte de Santa Comba, sobranceiro ao rio Tuela, recolhemos cerâmicas com decorações e fabrico bastante característicos. Já em Muradellas de Lubián, outro povoado sobranceiro ao Tuela, embora situado muito mais a montante, e com características de assentamento e defensivas diferentes, as datações obtidas reportam-se ao século III a. C.

Angel Esparza Arroyo não chegou a ensaiar uma tipologia dos povoados que

cartografou e descreveu. Pela nossa parte, distinguimos, na área dos Zoelas, cinco modelos de povoados, designados de A a F, definidos de acordo com um leque de critérios (contexto de assentamento; estrutura territorial; área e modelo defensivo). Os povoados dos tipos A, B e C instalaram-se em cumes dominantes, com ampla visibilidade: A em relevos residuais xisto-quartzíticos; B em “castelos” graníticos; C em cumeadas de xistos ou anfíbolites. Os povoados de tipo D e E (os mais frequentes pois ultrapassam 50%) estabeleceram-se ao longo dos vales encaixados, em esporões, promontórios ou arribas. Os de tipo F instalaram-se em elevações de média altitude, por vezes no centro dos altiplanos, e possuem um sistema defensivo muito específico, com uma pequena acrópole no centro. Como hipótese, sugerida com muitas reservas, admitimos que os povoados de tipo A, B e C correspondem a uma primeira fase de assentamentos. Os povoados de tipo D e E a uma segunda fase, em plena Idade do Ferro. No entanto, só a multiplicação de sondagens poderá resolver esta questão e estabelecer cronologias dos diversos modelos de assentamento.

No que concerne a evolução durante a Idade do Ferro, julgamos que as asserções de A. Esparza Arroyo (1986), que não detectou influências significativas de materiais celtibéricos ou de cerâmicas penteadas, são correctas. Parece verificar-se um certo isolamento. Durante as prospecções que efectuámos nunca recolhemos materiais atribuíveis a esses horizontes. Aliás, do ponto de vista das cerâmicas a “cultura” de Soto parece estender-se para além do espaço dos Zoelas, se atendermos ao materiais do Castelo Velho de Mirandela (LEMOS 1993).

Da análise comparada do mapa de castros organizado por Angel Esparza Arroyo (Sanabriae Aliste), com o estabelecido por Francisco de Sande Lemos (serras da Coroa, Nogueira, Montesinho; depressão de Bragança, planaltos de Parada-Izedá e de Miranda), ressaltam regularidades, definindo-se uma matriz de ocupação extensiva, abrangendo diferentes contextos geomorfológicos. Os *habitats* fortificados distribuem-se ao longo da rede hidográfica, na periferia dos planaltos, nos relevos residuais e no cumes mais destacados dos contrafortes montanhosos. Para Angel Esparza Arroyo (1987) a distribuição de acordo com a rede hidográfica tem um significado cultural, correspondendo ao prolongamento para oeste da Cultura de Soto de Medinilla. Não pomos em causa esta hipótese. Mas, julgamos ser de assinalar que essa matriz revela, antes de mais, um elevado grau de adaptação às características geomorfológicas e edafológicas. A maior, ou menor, densidade de povoados, dependendo da capacidade de regeneração do carvalho, ou do azinhal, leva-nos a supor que a agricultura de roças combinada com a exploração agro-pecuária intensiva dos solos mais favoráveis, seria decisiva na economia destes povoados. A análise da estrutura territorial de diversos castros desta zona evidencia que a isócrona de uma hora abrange uma ampla diversidade de recursos: acesso a cursos de água perene e com valor piscícola; possibilidade

de aproveitamento dos fluvisolos, quer para o cultivo de leguminosas e de plantas que exigem humidade como o linho, quer para a pecuária, mediante drenagem pelo sistema de prados de lima; recursos cinegéticos, incluindo fauna de maior porte, que se refugiava nas florestas que revestiam as vertentes dos principais rios; a prática do sistema de roças nos solos planáticos, para os cultivos de sequeiro; uma pastorícia controlada de acordo com a recuperação do coberto vegetal, na sequência das queimadas. Em suma uma estrutura agro-silvo-pastoril elaborada e adaptada ao quadro climático da primeira fase do período sub-atlântico.

Os dados palinológicos e arqueológicos recolhidos nas escavações do Cerco de Sejas de Aliste concordam com o quadro económico resultante da análise da estrutura territorial (BOYER-KSEIN 1987; CROUZEL 1987). Mas, é indispensável que se multipliquem as recolhas de indicadores paleo-climáticos, para que se possa gizar uma imagem mais fidedigna da paisagem que circundava os numerosos povoados do povo Zoela.

Por outro lado, deve assinalar-se que a distribuição dos *habitats* não é uniforme, apesar de extensiva, ou seja, não se processa por igual, mesmo nas zonas em que se verificam condições geomorfológicas e edafológicas homogéneas. Observam-se manchas de maior densidade, “cachos” de povoados, a par de espaços vazios. É possível que alguns dos núcleos de maior densidade estejam relacionados com actividade mineira (exploração de jazidas secundárias de estanho) pois coincidem com extensas e significativas ocorrências minerais (por exemplo, na zona do Cerro das Penhas Juntas; ou na faixa estanhífera de Argoselo). Mas, na generalidade, interpretamos os aglomerados de sítios como grupos de povoados ligados entre si por laços de parentesco e os espaços vazios como territórios de exploração comum, pelos castros dependentes de uma mesma linhagem. Eventualmente, esses conjuntos de povoados possuiriam relações de conflito com os grupos de povoados próximos, provavelmente pelo controlo dos espaços que os separavam, espaços estratégicos para o aumento da produção cerealífera ou para a pastorícia. Estas relações de instabilidade e conflito inter-comunidades explicariam as poderosas muralhas que protegem mesmo os mais pequenos povoados. Justificariam, também, os mecanismos de alianças entre linhagens, como processo de resolução dos antagonismos e, ou, de formação de entidades mais vastas agrupando linhagens, em disputa, no seio da mesma etnia. Por certo uma das fracções mais poderosas, devido à maior densidade populacional, favorecida pelas condições ecológicas e edafológicas preveligiadas, seria a linhagem que dominava a depressão de Bragança. Aí situamos, como hipótese, alvitrada com as necessárias reservas, ter sido a sede da *gens Zoelarum*. Por ora, não dispomos de quaisquer elementos que nos permitam cartografar as outras linhagens mencionadas no pacto de Astorga (*Desonci*; *Tridiavi*; *Avolvigi*; *Cabruagenigi*). Aliás, os achados de objectos de prestígio, relacionáveis com a Idade do Ferro, são prati-

camente inexistentes. No centro de diversos planaltos, como por exemplo o de Parada, surgem povoados de maior dimensão, que poderiam, eventualmente, ser as sedes das sub-unidades étnicas. Aliás, de um modo geral, os povoados do espaço ocupado pelos Zoelas são de média ou pequena dimensão. Os povoados de tipo D variam entre 0,5 e 1,1 hectares. Já os povoados de tipo F variam entre 1,4 e 1,6 hectares.

ROMANIZAÇÃO

Os Zoelas não são mencionados a propósito das campanhas dirigidas pelo imperador Augusto contra os Astúres e Cantábros (26-19 a.C.). No quadro da reorganização do Noroeste, foram inseridos entre os *astures augustani* e colocados na dependência do *conventus* de *Asturica*. No reinado do imperador Cláudio, Castro de Avelãs terá assumido o estatuto de sede de *civitas*, porventura delimitada nessa altura. Testemunho desse acto é o possível cipo honorífico de S. Cláudio de Gostei (TRANOY 1980; LEMOS 1993a, 388). Mais tarde a sede da *civitas* adquire o estatuto de município, documentado pela ara da *Ordo Zoelarum*. Na nossa interpretação Castro de Avelãs não teria sido um povoado de fundação indígena. A sua escolha para sede da *civitas* derivou do seu posicionamento no centro dos povoados ligados à *gens Zoelarum* e junto de uma via estatal de grande importância, construída na época de Augusto e que ligava a Meseta ao litoral. De acordo com o estudo da rede viária, que apresentámos (LEMOS 1993a, 276-327), Castro de Avelãs seria a *mansio Roboretum*, referida no Itinerário de Antonino.

As prospecções que efectuámos, a triagem dos materiais e contextualização de epigrafia, parecem demonstrar que o impacto da romanização na anterior rede do *habitat* proto-histórico foi profundo. A maioria dos povoados fortificados são abandonados. É possível que o abandono dos redutos defensivos tenha obedecido a uma política deliberada, como referem os textos clássicos (Floro). Aliás, em Trás-os-Montes Oriental não se verificou uma transferência dos cumes para os vales, mas sim um processo duplo. Do alto dos relevos residuais e dos contrafortes montanhosos os *habitats* desceram para os planaltos e depressões. Paralelamente, observa-se uma subida dos vales encaixados para os planaltos.

Contudo, em nosso entender, a mudança na trama do *habitat* relaciona-se mais com uma profunda alteração da estrutura económica do que com uma política expressa. No âmbito da dinastia júlio-claudiana, a criação de uma rede viária hierarquizada, o importante surto de mineração, a introdução da policultura, a generalização dos utensílios de ferro, o aproveitamento em novos moldes dos solos planálticos ou de origem coluvionar, a difusão da moeda, provocam o reordenamento do espaço, uma diversificação do povoamento e um aumento da

densidade de sítios, quiçá um crescimento populacional. Estabelece-se uma rede hierarquizada de *habitats*: *vici*; *mansiones*; aglomerados rurais (aldeias); castros romanizados; povoados mineiros; *villae*; casais rurais (LEMOS 1993a, 382-430). Os indicadores cronológicos disponíveis revelam que este processo de mutação não foi progressivo, mas porventura mais rápido e dinâmico do que habitualmente se supõe, ou se admite. O numerário da dinastia júlio-claudiana é o mais abundante; a distribuição de terra sigillata hispânica de boa qualidade (segunda metade do século I), não se restringe aos lugares centrais. Designadamente a fundação da *villa* da Fonte do Sapo (Penas Róias- Mogadouro), deverá ter ocorrido na primeira metade do século I, de acordo com materiais cerâmicos (LEMOS e MARCOS 1984, 143-147). Desconhecemos se o proprietário desta *villa* seria indígena ou colono romano. Todavia, num outro local próximo, denominado Casarelhos, que supomos ter sido uma *villa*, foi achada uma placa funerária, de excelente granito e texto cuidadosamente gravado, provavelmente destinada a ser inserida na parede de um mausoléu. A onomástica desta placa é indígena (*Aelia Crispina*, filha de *Terentia Reburrina*) (MACHADO 1963, 246-251; MOURINHO 1988, 121).

Esta ruptura com o modo de vida tradicional, baseado num sistema agro-silvo-pastoril, a passagem para uma agricultura e economia de mercado, não parece ter tido repercussões negativas na estrutura social e coesão simbólica do povo zoela. O velho pacto (*tabula* de Astorga), é renovado em 27 d. C. e em 152 d. C. O sistema de *gentilitates* mantém-se, pelo menos a nível do exercício do poder. Embora, não seja demais destacar o significado do pacto de Astorga, este seria por si só insuficiente para atestar a persistência da identidade deste povo, no quadro da romanização. Ora a epigrafia votiva e funerária reforça tal hipótese.

Reconhece-se a existência de uma divindade tutelar dos Zoelas, o já citado deus *Aernus*. Além de *Aernus* apenas se registam duas outras divindades indígenas: *Bandua* (duas aras) e *Laesus* (uma ara). Este último teónimo relaciona-se com dois antropónimos frequentes nas Astúrias: *Balaesus* (UNTERMANN 1965, 67) e *Elaesus* (UNTERMANN 1965, 109). As aras inseríveis no panteão romano circunscrevem-se ao culto a Júpiter e são em número muito limitado, considerando a extensão do território ocupado pelos Zoelas (apenas quatro). Pelo contrário, as estelas funerárias, assaz numerosas (mais de três centenas), destacam-se, no quadro da Península Ibérica, não só pela quantidade, como também pelo seu estilo e estrutura simbólica. Em termos de número de estelas funerárias é uma das áreas da Península com maior incidência de achados, apesar de se tratar de uma área rural e periférica. Tal incidência, já reconhecida no mapa organizado por Jurgen Untermann (1965, 18), confirma-se pela constante descoberta de novas lápides. A epigrafia votiva e funerária dos Zoelas revela-nos os agentes humanos que dirigiram o processo de mutação económica: magistrados da *civitas*, como será o caso do nome registado numa ara funerária de Castro de Avelãs: *Proculus Gracili*;

elementos alistados no exército romano que regressaram ao país de origem (placa de *Aemilius Balaesus*); famílias dispersas por povoados de uma mesma zona (Malhadas: *Silvius Calvus* e Duas Igrejas: *Silvius Calvinus*); elites locais, provavelmente proprietários das melhores terras, com posses que lhes permitiam mandar esculpir estelas funerárias no excelente mármore de Santo Adrião. A onomástica das inscrições funerárias inscreve-se no quadro do noroeste. Textos funerários com a menção de origo só conhecemos um único. Estamos, pois, perante um grupo populacional que se afirma enquanto conjunto de comunidades dotadas de um relativo grau de autonomia.

O mapa de distribuição das lápides funerárias revela três núcleos de maior densidade em torno de Castro de Avelãs, Picote e Villalcampo (ABÁSULO e GARCÍA ROZAS 1990). Convém referir que se distribuem maioritariamente por *vici* e aglomerados rurais (aldeias). A percentagem de estelas recolhidas em castros romanizados é assaz reduzida. O número de lápides isoladas é restrito. As estelas de granito são mais frequentes na zona de Castro de Avelãs; as de calcário mais abundantes na área de Castelar de Picote. A cronologia destas estelas e placas funerárias é problemática. O uso de estelas e placas funerárias entre os astúres está documentado desde a primeira metade do século I (TRANOY 1981, 348). Talvez um estudo cruzado do suporte, dos elementos decorativos e dos sistemas de filiação, permita estabelecer uma malha cronológica fina.

Independentemente da cronologia, o que importa destacar é que, no quadro do Alto Império, e num contexto de mudança económica e social, os valores simbólicos expressos nos cultos funerários, bem como a importância da epigrafia funerária, revelam a persistência das comunidades, apesar da mudança de *habitat* e de economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como vimos, o estudo dos Zoelas pode proporcionar interessantes observações sobre os fenómenos de mudança e continuidade, que tanto fascinam arqueólogos, antropólogos e historiadores. Este povo, organizado em *gentilitates* que, provavelmente, combatiam entre si pela liderança, pelo alargamento dos territórios e pela posse das melhores terras, integraram-se numa unidade complexa, o Império romano, sem perder a sua entidade, adaptando-se a uma nova ordem económica.

Alguns caminhos para o estudo dos *Zoelae*, dos seus povoados, do modo como se integraram no império romano, da sua sobrevivência como entidade social, foram esboçados nas páginas anteriores. Esperemos que nos próximos anos, novas prospecções e sondagens nos sítios mais adequados, possam assegurar o avanço dos conhecimentos.

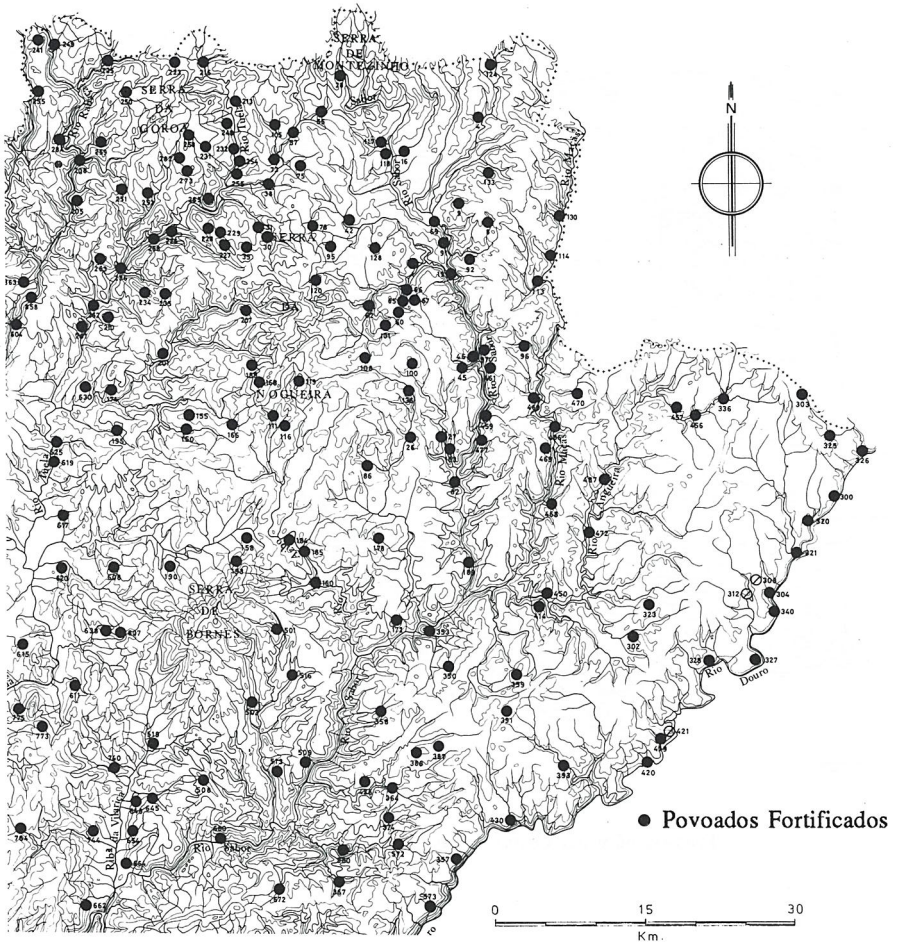
BIBLIOGRAFIA

- ABÁSULO, J. A. e GARCÍA ROZAS (1990) - Sobre las estelas Zamoranas y su ornamentación, *Actas del Primer Congreso de Historia de Zamora*, 2, pp. 545-560.
- ALARCÃO, Jorge (1988a) - *Roman Portugal*, 1, Warminster.
- (1988b), *Roman Portugal*, 2, Warminster.
- ALBERTOS FIRMAT, M. L. (1988) - Tessera Hospitalis de Montealegre de Campos (Valladolid), ed. Balil Illiana e Martin Valls, *Monografias del Museo Arqueologico de Valladolid.*, 6, pp. 22-30.
- ALVES, Francisco M. (1911-1947) - *Memórias Histórico-Arqueológicas do Distrito de Bragança*, 11 volumes.
- BALIL, ALBERTO; PEREIRA MENAUT G., e SANCHEZ-PALÊNCIA RAMOS (1991) - TABULA IMPERII ROMANI HOJA K-29: PORTO, Instituto Geografico Nacional, Madrid.
- BOYER-KLEIN, A. (1987) - Análisis palinológico de muestras recogidas en "El Cerco", *Los Castros del Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*, ed. A Eparza Arroyo, Zamora.
- CROUZEL, F. (1987) - Restos de Fauna, *Los Castros del Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*, pp. 395-396.
- ENCARNAÇÃO, JOSÉ D' (1975) - Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal, Lisboa, 334 p.
- ESCRIBANO VELASCO, C. (1990) - Contribución al estudio de la Edad del Hierro en el noroeste de Zamora, *Actas del Primer Congreso de Historia de Zamora*, 2, pp. 211-224
- ESPARZA ARROYO, Angel (1987) - *Los castros del Edad el Hierro del Noroeste de Zamora*, Diputación de Zamora, Zamora.
- (1990) - La Edad del Hierro em Zamora, *Actas del Primer Congreso de Historia de Zamora*, 2, pp. 121-126.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C. (1986) - Las Unidades Organizativas Indígenas del área Indo-Europeia, *Veleia*, (anexo), Vitoria.
- HUBNER, E. (1869) - *Corpus Inscriptionum Latinorum*, Berlim.
- LEMO, F. S. (1993a) - *O Povoamento de Trás-os-Montes Oriental.-Síntese*. (tese de doutoramento), 3 volumes, Braga.
- (1993b) - *O Povoamento de Trás-os-Montes Oriental-Catálogo* (tese de doutoramento), 2 volumes, Braga.
- LEMO, F.S. e MARCOS, D. (1985) - O Habitat romano da Fonte do Sapo - Penas Róias (Mogadouro), *Cadernos de Arqueologia*, 2 ª série, 1, pp. 143-147.
- LOMAS SALMONTE, Francisco J. (1989) - *Asturia prerromana y alto-imperial*, Silverio Cañada Editor, Gijón.
- LE ROUX, P. (1993) - Deus Aernus: C.I.L., II, 2607=5651 Reconstitue, *Conimbriga*, (no prelo).
- LOPO, Albino Pereira (1987) - *Apontamentos Arqueológicos*, IPPC, Braga.
- MACHADO, C. M. (1963) - A lápide de Casarelhos, *Lucerna*, 3, Porto, pp. 246-251.
- MOURINHO, A. M. (1988) - Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal, *Brigrantia*, 6 e 7, pp 3-34; pp. 101-133.
- PINHEIRO, H. (1989) - Duas inscrições romanas inéditas, *Revista de Guimarães*, 6 (2), pp. 53-57.

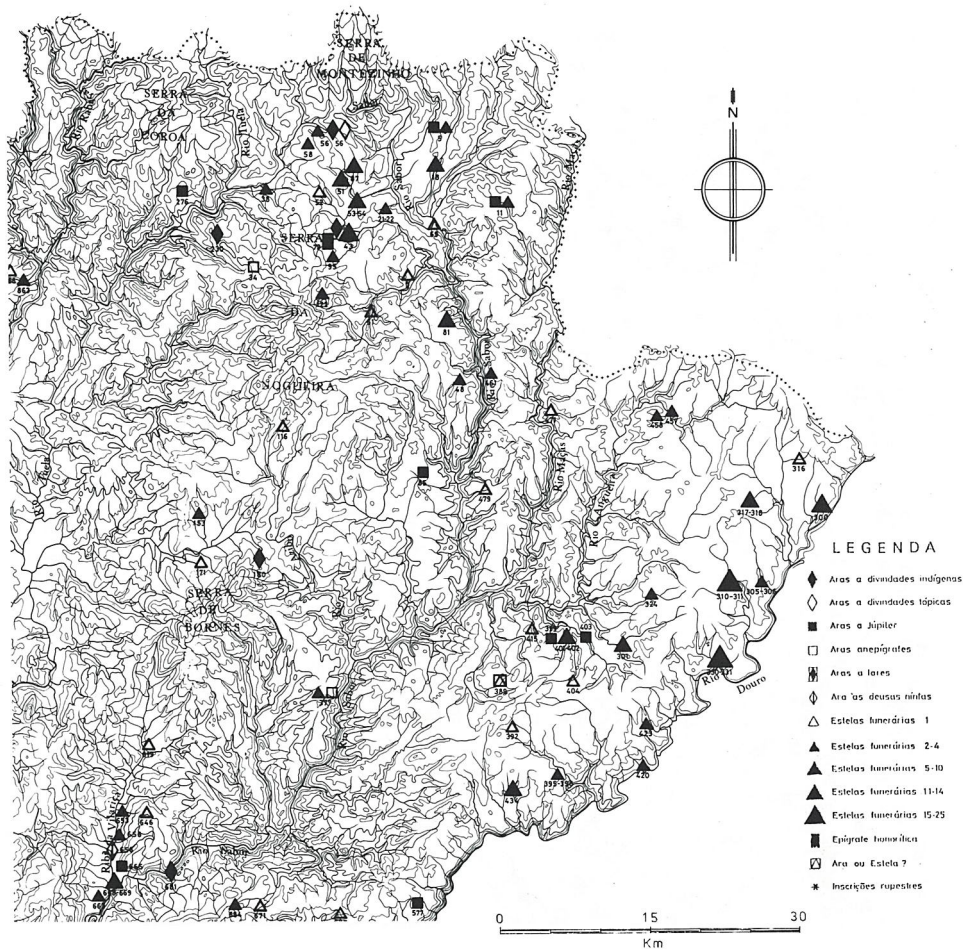
- (1895) - *Estudo da Estrada Militar Romana entre Braga e Astorga....*, Porto.
- TRANOY, Alain (1980) - Le pseudo-millaire de Gostei de S. Claudio (Gostei-Bragança) et les limites orientales du Conventus Bracarum, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23 (4), Porto, pp. 589-594.
- (1981) - *La Galice Romaine*, Diffusion du Bocard, Paris.
- RABANAL ALONSO, Manuel A. (1991) - Astures, *Las Entidades etnicas de la Meseta Norte de Hispania en Epoca Prerromana*, Anejos de Hispania Antiqua, Universidad de Valladolid, pp. 59-71.
- RIBEIRO, António (1974) - *Contribution á l'étude tectonique de Trás-os-Montes Oriental*, Memórias dos Serviços Geológicos, Lisboa.
- SANTOS YANGUAS, Juan (1985) - *Assimilación y Resistencia a la Romanización en el Norte de Hispania*, Universidad del Pais Basco, Vitoria.
- (1989) - *Los Pueblos de la España Antiga*, Historia 16, Madrid.
- UNTERMANN, Jurgén (1965) - *Elementos de um Atlas Antroponímico de la Hispania Antigua*, Bibliotheca Praehistorica Hispana, 7, Madrid.
- VASCONCELOS, J. L. de (1896) - Inscrição romana de Moncorvo, *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, Lisboa, pp. 134-135.



Trás-os-Montes Oriental no Quadro da Península Ibérica.



Povoamento Proto-Histórico.



Distribuição da Epigrafia.